

A LUTA POR MORADIA EM CURITIBA E ARAUCÁRIA: CONJUNTURA, ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÕES POLÍTICAS

Autor: Mariana Furlan Anastácio ¹

Filiação institucional: PPGeo-UFPR

E-mail: marifurana@msn.com

RESUMO:

A Estratégia Democrático-Popular, defendida historicamente pelo Partido dos Trabalhadores mostrou suas contradições nos três sucessivos governos do partido, sendo as “jornadas de junho” de 2013 a expressão de seu esgotamento político. Cai o “pacto social” entre capital e trabalho executado através das políticas de governo social-liberais. Paralelamente, desde 2008, um novo ciclo de investimentos e valorização fundiária nas cidades acirra os conflitos fundiários. A crise política e social desencadeada pelo fim do pacto social no país abriu um período desafiador para os movimentos populares, que buscam resistir aos ataques e compreender a realidade presente, enquanto lidam com o legado dos últimos 50 anos de lutas sociais hegemônicas pelo Democrático-popular. O cenário demanda inovações políticas das organizações do movimento de moradia, o trabalho explora algumas dessas inovações.

Palavras-chave: movimentos populares, luta por moradia, produção do espaço urbano

GT – 13: Produção e reprodução do espaço urbano – teoria e prática

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1970 se forma, no Brasil, no contexto das lutas contra a ditadura, o Campo Democrático-Popular (CDP) um campo político que consolida uma interpretação sobre a realidade Brasileira e uma estratégia de mudança social. Conceição Paludo (2001) busca suas origens nos movimentos formados nos períodos de agitação política no início dos anos 1960: o Movimento de Educação de Base, com seus centros de educação e cultura popular, os movimentos de bairro e diversos outros, que se organizaram em defesa das reformas de base. Segundo ela, em torno de 1975, reemergem as lutas populares a partir do levante popular reivindicatório causado pela crise. É nesse momento, segundo a autora, que essas novas práticas políticas formadas no período pré-golpe reaparecem e avançam para formar o Campo Democrático-Popular.

¹ Doutoranda do PPGeo-UFPR, orientada pelo Professor Danilo Volochko

Somam-se a essas novas organizações as esquerdas mais tradicionais (comunistas e trabalhistas), a igreja, e o sindicalismo combativo. Formam-se e consolidam-se agrupamentos diversos, com formas de organização, princípios e projetos políticos. Em síntese, há a reemergência política da classe trabalhadora, a partir da luta concreta e organização cotidiana que preparam para grandes mobilizações (PALUDO, 2001). Os movimentos se constituem e surgem ao público, criando uma disputa política e forjando um projeto político amplo de transformação social. A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em fevereiro de 1980 representa esse novo momento, de formação de uma nova estratégia de classe para o Brasil. O partido se consolida durante a década de 1990, conquista diversos cargos no legislativo e no executivo até chegar ao planalto

Com a chegada do PT à Presidência da República em 2003, após mais de uma década de ofensiva neoliberal, multiplicam-se as esperanças da possibilidade da construção de um Estado democrático de direitos (ROLNIK, 2015). O governo eleito foi, no entanto, um governo de coalizão de classes, em aliança com a centro-direita. O projeto executado se aproxima, em alguns pontos, dos governos de esquerda da América Latina no período (a chamada onda rosa), porém, pelas alianças que o sustentaram, não consegue chegar ao mesmo nível de radicalidade de outros governos no continente, compostos e sustentados por forças populares.

As políticas implementadas pelos governos do PT tiveram um caráter social-liberal e procuraram executar um "pacto social" entre capital e trabalho através de ações sociais que visavam amenizar a pobreza absoluta e, ao mesmo tempo, oferecer condições para o crescimento da acumulação privada, aumentando, dessa forma, a pobreza relativa² (IASI, 2016). O pacto foi viabilizado através de negociação e busca de consenso com as entidades representativas dos setores sindicais e populares para o atendimento de interesses contrários aos dos trabalhadores. Iasi (2016) avaliou esse período como a viabilização da democracia de cooptação³ no Brasil. O incentivo à institucionalização e a cooptação de lideranças e movimentos populares, que já vinha sendo prática do PT desde a década de 1990, se fortalece.

² Iasi usa o conceito da economia política exposto em MARX, Karl. **O capital. (Crítica da economia política)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 Livro I, p. 747, e o fato de que entre 2003 e 2007, o PIB cresceu 28%, e o Rendimento Médio Real acumulou somente 9,5% no mesmo período (CVM, 2012).

³ No sentido apresentado por Florestan Fernandes em *Revolução Burguesa no Brasil*.

A política de habitação executada pelos governos PT se centrou no Programa Minha Casa Minha Vida, que se propôs a enfrentar o histórico déficit habitacional brasileiro. Falava-se em uma previsão de redução em 14% do déficit habitacional. No entanto, os dados nos mostram que o déficit não só não diminuiu ao longo do período de maior atividade do MCMV, como aumentou. Com O MCMV – Entidades, "associações sem fins lucrativos", cadastradas no Ministério das Cidades, podem solicitar recursos para produção habitacional. Todo o trabalho de cadastramento da demanda local, incorporação imobiliária e prestação de contas recaiu sobre os movimentos sociais, sob novo desígnio de "entidades". Os movimentos se veem obrigados a se regularizar juridicamente para atender as exigências da Caixa Econômica Federal. Com personalidade jurídica e atrelados a estruturas institucionais, os movimentos de moradia acabam por envolver seus militantes e gastar tempo e energia nas estruturas burocráticas, perdendo potencial organizativo para a mobilização popular (RIZEK, 2014). A dificuldade de implementação do programa é grande e envolve muita pressão, apoio jurídico e recursos financeiros.

Paralelamente, os conflitos fundiários no Brasil tem se acirrado na última década por um novo ciclo de investimentos e valorização, marcado pela financeirização do mercado imobiliário. O preço da terra e o volume da produção imobiliária crescem exponencialmente, gerando transformações e conflitos importantes nas cidades brasileiras (FERNANDES E FIRKOWSKI, 2014). Com um renovado ciclo de conflitos fundiários e de reorganização da atuação de base dos movimentos de moradia a partir do início da década de 2010, há um retorno a uma atuação mais radicalizada, ainda que não se tenha superado o atrelamento institucional. As organizações, movimentos sociais, associações de moradores, movimentos por moradia, tem ganho importância, se organizado e se radicalizado nos últimos tempos, entrando em contradição e rompendo – parcial ou completamente – com as organizações e práxis política consolidadas durante os mais de 40 anos de movimentos populares hegemonizados pelo Democrático-Popular e pelo PT. Em 2012 forma-se em Curitiba o Movimento Popular por Moradia (MPM).

A crise das *commodities* atinge com força o país em 2014, a impossibilidade da conciliação dos interesses do capital e do trabalho se acirra, causando crescentes tensões sociais e políticas. O país se vê mergulhado, desde então, em uma crescente estagnação

econômica e crise política. Os ataques aos trabalhadores se intensificam após o golpe de 2016 e a crise social é agravada, a partir de 2018, pelas políticas do governo Bolsonaro e pela pandemia de COVID-19. Nesse contexto, a luta por moradia e a organização popular por local de moradia tiveram papel fundamental para a resistência e garantia da moradia para milhares de famílias na região de Curitiba. Destaca-se a Ocupação Nova Esperança, do MPM, de maio de 2020, abriga hoje cerca de 1500 famílias, além de iniciativas de solidariedade de classe e de organização nos bairros periféricos coordenadas por entidades sindicais, partidos e movimentos sociais.

Esse cenário apresenta complexos desafios teóricos e político-estratégicos para os movimentos de luta por moradia. A pesquisa de mestrado da autora buscou contribuir para o debate público sobre os desafios dos movimentos sociais nesse momento histórico, a partir, entre outros focos da pesquisa, do estudo de dois casos concretos, a do complexo de ocupações Hugo Chávez, na Cidade Industrial de Curitiba e do movimento Volta Tupy, um movimento pela volta de uma linha de ônibus, em Araucária, na região metropolitana. Alguns resultados da pesquisa, bem como algumas atualizações de acontecimentos desde a conclusão da dissertação, em junho de 2020, serão apresentados a seguir.

URBANIZAÇÃO DE BAIXOS SALÁRIOS, CONJUNTURA E AS CONDIÇÕES DA LUTA POR MORADIA

A compreensão da formação social brasileira apresentada pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência (BAMBIRRA, 2019) foi utilizada por Milton Santos em suas reflexões sobre a urbanização brasileira. Segundo Santos (2005), foi no último terço do século XX que o Brasil alcançou a urbanização do território e da sociedade, após séculos de urbanização seletiva. Essa transformação acontece tanto por mudanças no campo quanto nas próprias cidades. As cidades, em especial as grandes cidades, vão se tornar o lugar tanto da alta tecnologia, do trabalho especializado, dos fluxos financeiros interacionais e da indústria quanto do desemprego, do trabalho informal nos serviços e no comércio, da falta de infraestrutura. A contínua modernização do Brasil vai acontecer, assim, às custas da urbanização precária e desigual. A burguesia internacional e a elite brasileira extraem vantagens desse arranjo, que contribui com o crescimento da economia capitalista interna e

com a manutenção das taxas de lucro para os países centrais através da manutenção da baixa remuneração do trabalho no país.

Essa afirmação corrobora com as análises de Francisco de Oliveira (2003) sobre a integração entre o arcaico e o moderno e o formalizado e o precário na modernização do Brasil, que configuram um modelo de desenvolvimento particular, de um país periférico e dependente da América Latina. O modelo de urbanização do Brasil, chamado por Maricato (1979) de *urbanização de baixos salários*, apoia-se no binômio loteamento e autoconstrução e na ocupação de terras para a autoconstrução. Para Bertol (2013) essas são formas de acesso à habitação que fazem parte da estrutura de provisão habitacional brasileira. A produção imobiliária promovida pelo Estado, enquanto isso, não chega nem perto de suprir as demandas geradas pelo processo de urbanização acelerado e, nem intenta fazê-lo.

Essa estrutura habitacional da formação social brasileira, é combinada com elementos conjunturais que irão acirrar ainda mais os conflitos por terra e território no Brasil. A partir de 2006, iniciou-se um período de transformações na dinâmica imobiliária, que afetou os processos de produção do espaço urbano. Um número significativo de empresas líderes regionais ou nacionais do ramo da incorporação abriu seu capital nas bolsas de valores, ficando, assim, o setor imobiliário brasileiro ainda mais entrelaçado ao sistema financeiro e à acumulação capitalista internacional. Esse acontecimento inaugurou um novo momento de expansão da indústria da construção em todo território nacional, sustentado pelo financiamento público através do PAC, do MCMV e das obras para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas do Rio (FERNANDES e FIRKOWSKI, 2014).

Com a demanda pelo mercado formal de habitação em crescimento e preço dos imóveis abaixo do de outras cidades de mesmo tamanho e importância, Curitiba oferecia enormes oportunidades de lucro para o setor imobiliário, o que estimulou incorporadoras de capital externo a fazerem negócios na capital (FERNANDES e FIRKOWSKI, 2014). Essas incorporadoras investiram fortemente na expansão de seus bancos de terra, o que, além de propiciar um controle estratégico da produção da cidade, impulsionou o valor de suas ações nos mercados. Assim, o crescente interesse na aquisição de glebas urbanas causa uma alta especulativa e o preço da terra, que desde 2003 apresentava uma alta progressiva, começa um

crescimento exponencial. O metro quadrado que custava em média R\$ 280,00 em 2006, salta para uma média de R\$ 620,00 em 2010 (BERTOL, 2013).

O influxo de capital propiciado pela financeirização, junto com o incentivo ao crédito e os programas habitacionais, torna o segmento "econômico" (imóveis de menos de 150 mil reais, valores de 2011) um nicho atrativo para as grandes incorporadoras. Pode-se dizer, portanto, que essas grandes incorporadoras hegemonomizam a produção do espaço na cidade, tendo grande influência nos processos de produção do espaço urbano (FERNANDES E FIRKOWSKI, 2014). A alta nos preços dos imóveis tem um grande impacto nas condições de moradia da população trabalhadora de Curitiba. Entre 2003 e 2008, o salário mínimo teve uma alta de 37% (IPEADATA), no mesmo período, o preço da terra na cidade saltou 263% e o preço dos imóveis e aluguéis também apresentaram intensas altas. Com a deterioração das condições de moradia dos mais pobres, os movimentos se voltaram mais intensamente à ação radicalizada e ao conflito direto com os proprietários. Nessas disputas, o Estado tem intervindo principalmente através da repressão.

Em 2007 a Câmara de Vereadores de Curitiba recorre à criminalização, abrindo uma “CPI das Invasões”, o relatório da CPI, aprovado em 27 de agosto de 2007 não levou à denúncias criminais, esse tipo de ação porém, tem um claro viés repressivo, que visa expor e constranger as lideranças e apoiadores do movimentos. As recomendações do relatório também procuraram engajar a Guarda Municipal e o Ministério Público em ações de repressão dos movimentos por moradia:

Entre as medidas, estão a implantação de IPTU progressivo para áreas subutilizadas e não utilizadas, estabelecimento de convênio entre o Ministério Público e Guarda Municipal, para que sejam disponibilizados agentes para auxiliar nas investigações sobre invasões; mais ações de fiscalização e majoração das multas para construções mal acabadas ou abandonadas, além de fazer valer as ações de reintegração de posse e garantir o efetivo cumprimento das decisões judiciais. (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2007, online)

Também parte desse cenário de escalada dos conflitos urbanos na cidade de Curitiba no final da década de 2000 são as reintegrações de posse violentas. Celene Tonella (2010), relata um caso ocorrido em 24 de outubro de 2008 no bairro Campo Comprido – uma das

fronteira imobiliárias de alto luxo na metrópole – que expulsou 1.500 famílias de um terreno. A operação de reintegração envolveu mil policiais da tropa de choque da PM do Paraná, que atacaram os ocupantes com bombas de efeito moral e balas de borracha. Os moradores resistiram construindo barricadas e a ação policial acabou com 3 feridos. A revolta gerada pelo caso levou ao afastamento do comandante do batalhão. Para a autora, as repercussões desse episódio "contribuíram para publicizar o que seria a ponta do iceberg do conflito fundiário em Curitiba" (p. 249).

O episódio, que ficou conhecido como Despejo do Fazendinha (bairro vizinho ao Campo Comprido, já que o local ficava na divisa entre os bairros), foi motivo de denúncia à ONU por violação de direitos humanos (TERRA DE DIREITOS, 2008) e aparece também na narrativa do dirigente do MPM entrevistado por Leonardo Prizon (2019) como um dos episódios marcantes do processo que levou à formação do MPM, a partir de 2007, fruto da atuação de militantes do PSOL nos movimentos populares em Curitiba, segundo a entrevista:

O MPM nasceu da militância do movimento popular dentro do PSOL, mas em muitos lugares a gente não conseguiria militar como partido, e também não era o caso [...] a gente, a partir daí, construiu o movimento. Então eu diria que a militância no movimento popular no PSOL começa em 2007, 2008, e no MPM, com esse nome, em 2011. Mas outras pessoas do PSOL também já vinham de outras militâncias no movimento popular. Então a gente somou experiências pessoais anteriores e nessa militância, que depois virou o MPM, a partir de 2011 com esse nome, e a partir de 2012 lá na Nova Primavera.

Esses novos processos de luta levam, como mostra o caso do MPM, à formação de novas organizações dos movimentos populares. Esse fato é um sinal do esgotamento das organizações formadas pelas mobilizações iniciadas na redemocratização, que deram origem ao CDP, organizações historicamente ligadas ao PT. As divergências com a política PT formam, durante a década de 2000, diversos novos partidos (como o PSOL) e organizações do campo popular e sindical. Essas organizações, formadas de rupturas com as políticas de conciliação de classes, apresentam diversos níveis de crítica ao partido, suas alianças e sua atuação, mas nenhuma delas apresenta ainda análises e proposições políticas com a capacidade de mobilização que teve o Projeto Democrático-Popular nos anos 1970 e 1980.

OS CASOS DO MPM E DO "VOLTA TUPY"

A seguir, serão analisados os dois casos estudados pela pesquisadora, que representam essa nova onda de lutas pelo espaço urbano e pelo direito à cidade. O complexo de ocupações Hugo Chávez na CIC e o movimento Volta Tupi. As ocupações do MPM serão analisadas pela perspectiva de suas estratégias espaciais, perspectivas políticas dos movimentos e principais atores presentes no cotidiano da ocupação. O Volta Tupy aparece enquanto um contraponto, pois foi um movimento de luta por serviços urbanos, especificamente o transporte, que apresentou uma composição de alianças entre sujeitos que pode apontar para algumas perspectivas no sentido da construção de alianças e formas de movimentação de base para um novo ciclo de lutas. Após o encerramento das pesquisas de mestrado da autora, os atores presentes nesses dois casos estudados se entrelaçam em uma ação por moradia na cidade de Araucária, que será explorada ao fim do item.

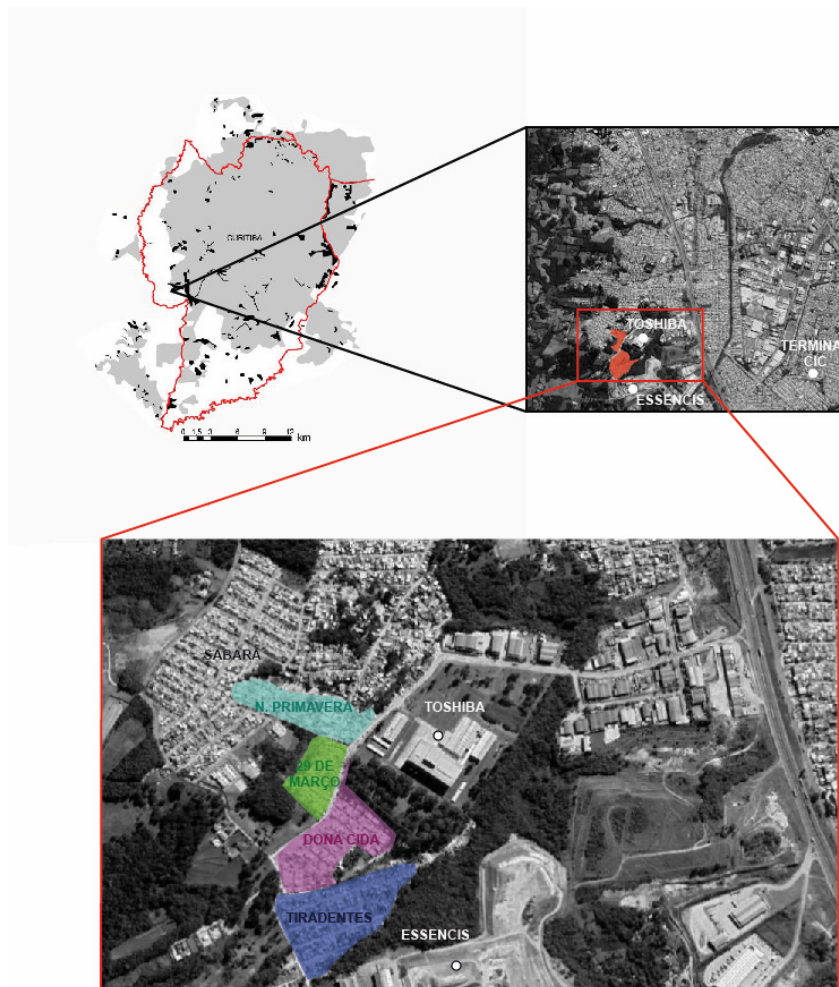
O relato dos fatos e as análises construídas a seguir têm como base entrevistas concedidas à autora (o nome dos entrevistados não aparece por questões de segurança dos envolvidos em movimentos sociais), observação-participante em campo, páginas dos movimentos nas redes sociais, páginas de notícias e de órgãos oficiais, e transcrições de entrevistas realizadas por membros do Projeto Ocupações Urbanas.

O complexo de ocupações analisado fica na região da CIC, próximo à Vila Sabará, localidade que também é resultado de um processo de ocupação ocorrido nos anos 1980 (CALDAS, 2018). São quatro ocupações, organizadas pelo Movimento Popular por Moradia (MPM), que são contíguas, e se diferenciam pela data da ocupação, e, também, pela propriedade dos terrenos ocupados. A ocupação Nova Primavera foi a primeira, em 28 de setembro de 2012. Depois dessa, aconteceram a 29 de Março, em 27 de março de 2015; a Tiradentes, em 17 de Abril de 2015, e a Dona Cida, em 16 de setembro de 2016 (FIGURA 1).

A primeira ocupação, a Nova Primavera, acontece, em setembro de 2012, a partir da organização do MPM, que, em articulação com outros grupos que já haviam realizado ocupações em outros locais próximos ao terreno, 500 famílias, pelo critério de necessidade, para permanecerem no local, e se iniciou um cronograma de construção, as ligações de água e

eletricidade. A ocupação resistiu a primeira ordem de despejo, e se iniciaram as negociações com o poder público. A estratégia de ocupação do terreno foi abrigar a maior quantidade possível de famílias no espaço, evitou-se que se estabelecessem lotes separados, para fortalecer a coletividade da ocupação e também pois a ação era vista como um meio de chamar atenção para a demanda do movimento: a construção de um empreendimento via MCMV – Entidades.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DO MPM NA CIC



Fonte: Elaborado pela autora, imagens: Google Earth

O contexto da ação é o período de grande atividade do Programa Minha Casa Minha Vida, que teve sua segunda fase lançada em 2011, com uma meta de construção de 2 milhões de unidades habitacionais (USP, 2014). A ocupação se organiza, então, a partir das necessidades habitacionais de diversas famílias, tendo como pauta a construção de um

empreendimento pelo programa nacional, e não, como na maioria das ocupações do movimento de moradia, objetivando a consolidação no terreno através da autoconstrução das moradias pelas próprias famílias, ou via mutirão. O empreendimento acabou nunca saindo devido à diversas dificuldades envolvidas na operacionalização do MCMV – Entidades. Assim, a ocupação acabou por se consolidar no local. A morfologia resultante foi de pequenas casas aglomeradas, o que acaba por causar diversos conflitos entre famílias, pouca ou nenhuma privacidade e problemas de habitabilidade relacionados a falta de espaço.

Como as negociações com a prefeitura e proprietários em relação à construção do MCMV – Entidades não andam, uma segunda ocupação passa a ser organizada. A necessidade de ocupar uma nova área se inicia pela demanda dos próprios moradores por mais espaço, bem como a demanda de atendimento novas famílias. Além disso, a família estendida de muitos ocupantes passa a se abrigar com eles a partir do início da ocupação o que aumenta mais ainda a aglomeração. Em Março e Abril de 2015, acontecem então mais duas ocupações, a 29 de Março e a Tiradentes, em terrenos contíguos a primeira ocupação. Mantém-se a estratégia de concentração, sem a divisão dos lotes e de ruas internas. A pauta da construção do empreendimento continua como reivindicação do movimento.

A situação de propriedade desses terrenos vai levar à diferentes conflitos com os proprietários fundiários, com a empresa localizada ao lado da ocupação Tiradentes – Essencis Soluções Ambientais –, e com a PMC. A Essencis, que administra um aterro sanitário ao lado da Tiradentes locava o partes do terreno onde se localiza a ocupação em um contrato sem validade legal. O terreno, depois foi a leilão, em duas ocasiões, a mobilização das comunidades conseguiu, no entanto, garantir a permanência no local.

Em setembro de 2016, já depois do *impeachment* de Dilma Rousseff, acontece a quarta ocupação, chamada de Dona Cida, em homenagem a uma moradora da Nova Primavera. A mudança na conjuntura política causa uma mudança de estratégia para o movimento. Sem a construção do MCMV como uma pauta realizável, a nova ocupação já nasce loteada, com terrenos de 9x6.

Houve conflitos internos em relação à organização espacial da Ocupação Dona Cida com alguns defendendo que ela continuasse a ser organizada como as anteriores, segundo

depoimentos registrados por Leonardo Prizon (2019). Venceu, no final, a posição de fazer a ocupação dividida em lotes, com ruas internas. A nova configuração é tanto um reflexo da mudança de estratégia, em relação à reivindicação, que se volta, na nova conjuntura, a regularização fundiária, quanto da experiência adquirida no processo das três primeiras ocupações, já que a configuração espacial resultante das estratégias adotadas trouxe diversos problemas quando a ocupação ganhou um caráter permanente. Assim, após o estabelecimento da Dona Cida, as ocupações mais antigas também passam por um processo de reestruturação, de acordo com o modelo inaugurado pela Dona Cida. A nova ocupação permitiu também a relocação de algumas famílias, para que as outras ocupações pudessem ser loteadas. Em 2018, um incêndio criminoso iniciado após uma ação violenta da PM do Paraná destruiu muitas casas na 29 de Março. O processo de reconstrução envolveu diversos atores e também contribuiu para a transformação do espaço das ocupações.

A reconstrução da 29 de Março contribuiu para a criação de relações com diversos aliados, tanto com outros movimentos, como o MST e a CUT, como com acadêmicos da UFPR e UTFPR que realizaram o Plano Urbanístico Emergencial, e com a ONG Teto – uma ONG chilena, com atuação em 19 países latinoamericanos e que possui laços com diversas empresas multinacionais. Além desses, outros aliados também atuam junto ao MPM nas ocupações, tais como membros das igrejas católica e evangélica, acessórias jurídicas e de direitos humanos como o Instituto Democracia Popular e a organização Terra de Direitos, parlamentares de esquerda e o MTST.

Essa complexa rede de atores sociais com diferentes políticas e interesses, que vai desde organizações mais tradicionais do CDP, como o MST, passa por movimentos que romperam com o PT, como o MTST e chega até ONGs ligadas ao capital financeiro é representativa do cenário atual da luta pela moradia. Além desses atores, há a questão já abordada durante o trabalho, a da pressão causada nos movimentos pelos processos de “autogestão” transformados em política de Estado (como o MCMV - Entidades). Essa realidade oferece, portanto, diversos desafios para os movimentos por moradia. O centro desses desafios talvez esteja em como articular uma política que coloque no centro do debate a moradia como direito e ao mesmo tempo garanta as conquistas mais imediatas, necessárias à base do movimento, num cenário de recrudescimento da violência estatal, escalada dos

conflitos urbanos e filantropização da política social. É das respostas práticas e teóricas formuladas para esses desafios que surgirão os saltos de qualidade para novas formulações políticas.

A política do MPM, atualmente, tende ainda para o polo da conformidade com a ordem, colocada como uma luta pelo cumprimento do capítulo da política urbana da constituição (art. 183 e art. 184), regulamentado nos instrumentos do Estatuto das Cidades:

A gente atua para que se cumpra a constituição. A gente não está fazendo revolução. Inclusive a gente está sendo, na raiz da palavra, conservador, porque a gente quer que as leis são cumpridas... sejam atendidas... sejam aplicadas. O que a gente está fazendo aqui não é algo revolucionário. A gente está fazendo algo que está na Constituição. É o direito. Então a gente se mobiliza, se mobiliza pra fazer algo que já está escrito.

A questão da função social da propriedade também é reforçada pelo militante em entrevista, como um ponto importante da estratégia do movimento, tanto na questão discursiva, quanto como critério de escolha dos terrenos para ocupar. A interpretação da questão urbana, e as estratégias de enfrentamento dessa questão ficam ainda circunscritas aos limites do direito burguês, através das chaves formuladas pelo CDP. A prática dos movimentos, no entanto, tem se radicalizado, e a ocupação de terras, que desafia ativamente a existência da propriedade enquanto mercadoria é ainda a principal forma de atuação. Essa contradição é expressa na fala do membro do MPM:

Eu defendo o programa do Partido dos Trabalhadores, pelo menos boa parte dele, mas eu também faço uma leitura de que isso traz também uma certa conformidade...pros movimentos organizados isso acaba deixando o movimento um pouco mais parado. Agora quando tem um governo mais oposto, isso cria uma resistência nos movimentos organizados, entendeu? Acho que isso contribui...O contraponto, o efeito colateral, é que eu acho que o movimento consegue criar uma resistência, consegue entender que a gente tem um governo que não gosta da gente, e isso faz com que a gente trabalhe mais, se mobilize mais, para intensificar a luta. Então existem esses dois contrapontos. Acho que a perspectiva está nisso.

O MPM conseguiu mobilizar base nas ocupações e formar novas lideranças para o movimento a partir da atuação cotidiana nas quatro ocupações do CIC. Existe, assim uma vitalidade no movimento que abre possibilidades para inovações políticas e a formulação de novas sínteses. Como saldo dessa organização, e como reação a crise habitacional desencadeada pela COVID-19 aconteceu, em maio de 2021, a ocupação Nova Esperança, em Campo Magro, região metropolitana de Curitiba, a maior do MPM até o momento. A Nova Esperança abriga hoje cerca de 1.500 famílias, e possibilitou a ampliação de alianças, base e formação de novas lideranças para o movimento, bem como a consolidação da aliança entre MPM e MST e a reaproximação do PT.

O movimento Volta Tupi não foi um movimento por moradia. Ele foi, porém, escolhido para a pesquisa por representar uma configuração incomum de atores, interações e questões políticas e econômicas envolvidas na luta pelo direito à cidade. O movimento foi organizado por dirigentes sindicais e comunitários, com participação de trabalhadores do transporte e envolvimento da comunidade. Além disso, por ter acontecido em uma cidade da RMC, menor que Curitiba, todos os atores se relacionaram no território em uma escala menor, o que ajudou os envolvidos, e também a pesquisadora, a compreender as relações entre política, interesse econômico, mobilização popular e organização. O processo de movimentação pela volta de uma linha de ônibus pode, assim, oferecer pistas importantes para as perspectivas da luta por moradia, transporte e serviços públicos, por ter conseguido estabelecer uma unidade entre trabalhadores do serviço público, do transporte e moradores de uma região em uma só luta por direitos. A atuação do SIFAR nessa pauta, e as articulações políticas estabelecidas pelo sindicato durante essa ação e depois, durante ações de solidariedade de classe no início da pandemia, permitiram o envolvimento do SIFAR (e do MPM) na ocupação, em 12/06/2021 de um terreno de propriedade da Companhia de de Habitação do Paraná (COHAPAR) em Araucária.

O Movimento Volta Tupi se iniciou em março de 2017⁴, no início da gestão do prefeito Hissam Hussein Dehaini (Cidadania). A prefeitura cortou, sem aviso, a linha Tupi-Pinheirinho, que atendia os bairros da região do Campina da Barra EM Araucária e também o bairro Caximba, em Curitiba. Esse movimento não se organizou com a participação de movimentos de moradia, foi articulado principalmente pelo movimento sindical na cidade.

Segundo a dirigente sindical do SIFAR entrevistada, o sindicato se envolveu no movimento pois após o ônibus parar de passar e muitos trabalhadores da base do sindicato ficarem sem condições de transporte e terem que aumentar seu tempo de deslocamento ao trabalho. Outros trabalhadores também eram moradores da região. Foram entre 11 e 35 mil pessoas desassistidas pelo corte da linha.

O movimento se iniciou articulado por trabalhadores do SIFAR e do SISMMAR, dos serviços públicos da região (escolas, CMEIs, UBS), e por moradores dos bairros atingidos. Um dos trabalhadores conseguiu espaço em uma escola para fazer as reuniões, e se iniciou uma tentativa de articulação também com os moradores do Caximba. Alguns trabalhadores da empresa de ônibus TRANSTUPI, que operava a linha, também se envolveram na luta, pois muitos perderam seus empregos com o corte da linha Tupi-Pinheirinho e de outras linhas operadas pela empresa na região (a dirigente fala em um número em torno de 150 trabalhadores). A solidariedade do movimento com os trabalhadores acontecia, como mostra o comunicado do movimento em sua página do Facebook:

Atenção!

Nossa luta é pelo retorno da linha de ônibus Tupi-Pinheirinho e caso a linha seja administrada por outra empresa queremos a contratação das/os trabalhadoras/es que estavam na transtupi pela nova empresa que fará a linha.

Hoje foi noticiada a prisão do dono da empresa transtupi. Entendemos que aqueles que desviam dinheiro público ou pagam propina devem pagar por seus crimes. Porém a população NADA TEM A VER com empresário ou político corrupto.

⁴ A página no Facebook do movimento foi criada no dia 16/03/2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Pelo-Retorno-da-Linha-Tupi-Pinheirinho-J%C3%81-309189842817299/>>. Acesso em: 17/06/2020.

Queremos ser atendidos em nossas necessidades de transporte coletivo!

Estamos cansados de humilhação e descaso!

Nossa luta segue firme! (TUPI-PINHEIRINHO JÁ, 2018)

O movimento esteve ativo até o ano de 2019, ano em que conquistou a restituição da linha, com mesmo itinerário e novo nome: Tupy-Juliana. A mobilização contou com diversos atos de rua, panfletagens, negociações com a prefeitura e COMEC, fechamento de terminal e intervenções nas reuniões da Câmara dos Vereadores da cidade. A prefeitura alegava irregularidades no contrato mas não oferecia nenhuma alternativa aos moradores. Os trabalhadores e moradores alegavam que a prefeitura não se dispunha a resolver o problema, limitando-se a “fazer comissões” e também contestavam o argumento de irregularidade do contrato. O maior ato realizado pelo movimento foi o fechamento do Terminal Central de Araucária, no dia 29/03/2017 (FIGURA 2).

A dirigente sindical relata que os sindicatos dos municipais da cidade entraram na organização, de início, mais pela emoção, por ter familiares envolvidos com o problema, além de trabalhadores de suas bases. Depois, no entanto, a direção do SIFAR, junto aos militantes da corrente sindical Intersindical⁵, que atuam no sindicato, viram o movimento como uma forma de melhorar a relação com a sua base sindical e a população da cidade e de avançar na consciência de classe dos sujeitos envolvidos, relacionar o problema local com questões mais gerais da luta na época, principalmente a reforma da previdência, e fortalecer a rede de solidariedade entre servidores públicos e população atendida, pois as greves dos municipais costumavam gerar muita insatisfação na comunidade.

Os membros do movimento, durante as negociações, desvelaram uma teia de relações entre poder público e empresas de transporte e sofreram retaliações e perseguições por parte da empresa e da administração municipal. Alguns dos membros do movimento eram servidores do município e ficaram com medo de sofrer retaliações em seus locais de trabalho,

⁵ Uma articulação sindical formada por uma dissidência da CUT, de 2006. A CUT era percebida por esses militantes como um instrumento de conciliação de classes, devido à cooptação de suas direções pelo PT. Não formam uma central sindical, por defender o princípio de autonomia sindical em relação ao Estado e aos patrões, não aceitando receber o imposto sindical. Tem como princípio, também, a construção do socialismo.

outros relatos tratam de atividades ilegais dos inimigos do movimento para incriminar e persegui-los.

FIGURA 2 - PROTESTO PELA VOLTA DO TUPI-PINHEIRINHO NO TRIAR



FONTE: Facebook TUPI-PINHEIRINHO JÁ

Os principais atores envolvidos no movimento foram a comunidade dos bairros atingidos, inclusive a Associação de Moradores III Milênio, do bairro Santa Clara, os dirigentes sindicais do SIFAR e do SISMMAR e os trabalhadores da empresa de ônibus TransTupi. Além das organizações sindicais e da Associação de moradores, contribuíram também para o movimento membros de grupos organizados de uma igreja evangélica e membros da comunidade ligados ao movimento de cultura Hip-Hop.

Um elemento percebido no discurso da dirigente sindical foi a postura anti-partidos. Diferente das ocupações da CIC, os membros do movimento Volta-Tupi procuraram ativamente construir seu movimento sem a presença de membros de partidos políticos. A postura pode ser interpretada como anti-partidarismo, porém, ela se explica, em partes, pelo histórico conflituoso da corrente sindical Intersindical com a CUT e o PT e pela presença do PCdoB na coligação do prefeito Hissam. A situação, é, portanto, mais complexa do que um sentimento antipartidário ou antiesquerda. Ainda assim, a dirigente sindical, em entrevista,

relata decepção ao descobrir que alguns dos membros do movimento estariam apoiando a candidatura de Jair Bolsonaro para a presidência da república, em 2018.

A avaliação da dirigente sobre o saldo político das mobilizações traz elementos positivos, principalmente, em sua opinião, para o movimento sindical na cidade. Segundo a entrevistada, a comunidade dos bairros ficou mais receptiva ao diálogo acerca dos serviços públicos, e melhorou também a reação geral nos momentos de greve e paralisação, que costumavam gerar desaprovação e revolta com os servidores públicos por parte da população usuária. A gestão Ratinho Jr. no governo do Estado tentou colher saldos políticos com a população por ter “devolvido a linha”, porém, a postura do movimento foi reforçar o retorno da linha como resultado da mobilização popular.

A experiência, de forma geral, aponta para algumas perspectivas, no sentido da construção de redes base nos bairros, a partir do princípio da solidariedade de classe. As organizações tradicionais da luta operária, os sindicatos, se mostram ainda uma forma importante de organização, têm uma estrutura financeira e de liberação de dirigentes que pode dar estrutura a movimentos de luta pelo espaço urbano. A questão da articulação dos trabalhadores dos serviços públicos com a população usuária desses serviços na luta pela provisão e pela qualidade de tais serviços também pode ser uma forma de fortalecer as comunidades e a luta dos trabalhadores e de articular uma consciência política mais geral sobre políticas públicas, produção do espaço urbano e a sociedade. A presença dos grupos religiosos continua se mostrando importante também para essas movimentações, assim como dos movimentos de cultura periférica, nesse caso, ligados ao Rap/ Hip-Hop.

Após o encerramento da pesquisa, em 2021, em uma articulação entre a Intersindical, o MPM e um grupo de moradores do bairro Capela Velha, aconteceu a ocupação de um terreno da COHAPAR no bairro Jardim Condor em Araucária, para denunciar a ociosidade do terreno, que deveria ser utilizado para a moradia popular e se encontrava abandonado pelo poder público desde 2003, quando foi adquirido. Essa ação mostra o potencial de construção de novas redes de articulação entre movimentos, sindicatos e outras organizações, que possibilitem a formação de um campo político com um projeto de transformação adequado aos desafios conjunturais e estruturais apresentados pela formação social brasileira e pelo cenário local da Metrópole de Curitiba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última crise política e social desencadeada no país abriu um período de avanço na precarização do trabalho, de diminuição dos programas extensivos de moradia e outros programas sociais, de recrudescimento da violência policial e da privatização dos serviços como nova fronteira da ampliação do controle privado na produção das cidades. Algumas linhas gerais desse novo cenário são: o protagonismo das incorporadoras financeiras no controle da produção da cidade, a infiltração do terceiro setor – um dos pilares das novas formas de regulação estatal, chamada neoliberal –, o reforço à criminalização dos movimentos, e a atuação de movimentos sociais que tem sua origem nas organizações do CDP, mas que apresentam diversos níveis de ruptura com a política desse campo.

As experiências estudadas permitiram começar a elucidar como mercado e Estado se entrelaçam de novas formas na produção do espaço das cidades. Os movimentos populares, inseridos também nesse contexto se relacionam diariamente com essas questões, e precisam formular respostas políticas a elas. Essas experiências políticas já causam rupturas com a força hegemônica do CDP, o PT, não há, no entanto, ainda, uma política alternativa ao seu projeto, que possa colocar a classe trabalhadora novamente como sujeito político autônomo.

Em relação às perspectivas possíveis para a luta dos movimentos populares nesse período, o trabalho aponta para as potencialidades da união dos trabalhadores dos serviços públicos com a comunidade dos locais atendidos pelos serviços na criação de redes de solidariedade territorializadas; e também para a importância do trabalho cotidiano dos movimentos e organizações populares nas comunidades, que forma militantes comprometidos com a universalização do direito à moradia, que desenvolvem uma visão amplificada dos problemas sociais e podem contribuir na construção de um projeto unificador, que possa superar a fragmentação das lutas.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2021.

BERTOL, Laura Esmanhoto. **Terra e Habitação: o problema e o falso problema. As políticas de obscurecimento do preço da terra na política habitacional em Curitiba [dissertação]**. São Paulo: USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2013.

FERNADES, Fernanda A. e FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. **Verticalização e novos produtos imobiliários em Curitiba**. In: FIRKOWSKI, O. e MOURA, R. (orgs). Curitiba: Transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 231-259.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. **Teoria e Práxis**. Revista Online, publicado em 14/07/2016. Disponível em: <<https://praxisteoria.wordpress.com/2016/07/14/democracia-de-cooptacao-e-o-apassivamento-da-classe-trabalhadora/comment-page-1/>> acesso em: 10/06/2020.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. 37-70.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o Campo Democrático e Popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PRIZON, Leonardo Palhares. **Entrevistas à moradores das ocupações do CIC e membros do MPM**. Curitiba, 2019.

ROLNIK, Raquel. **A Guerra dos Lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

TERRA DE DIREITOS. **Terra de Direitos denuncia a ONU o despejo violento no Fazendinha**. Site do Terra de Direitos, 28 out. 2008. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/terra-de-direitos-denuncia-a-onu-o-despejo-violento-no-fazendinha/1128>> Acesso em: 15/05/2020

TONELLA, Celene. **Dois décadas de ocupações urbanas em Curitiba. Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal?** Caderno Metrópole, São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 239-262, jan/jun 2010.